



PESQUISAS SOBRE A ATUAL REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

RESEARCH ON THE CURRENT REFORM OF HIGH SCHOOL IN BRAZIL

INVESTIGACIONES SOBRE LA ACTUAL REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA EN BRASIL

Paula Fernanda Paiva Fernandes¹
Márcia Betânia de Oliveira²

Resumo: Este artigo apresenta estado conhecimento sobre a atual reforma do ensino médio no Brasil (Lei nº 13.415/2017). Trata de um estudo qualitativo, com mapeamento de pesquisas publicadas no recorte 2017-2021, na BDTD e no portal de Periódicos da CAPES. Destaca, ainda, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, como sistemática de atender o cronograma da implementação do Novo Ensino Médio. Aponta movimentos para revogação da reforma em pauta. Os resultados consideram formato autoritário/antidemocrático da reforma, acentuando a dualidade e fragilidades do ensino médio; os debates, pesquisas, se articulam na defesa de uma educação básica democrática que contemple as juventudes brasileiras.

Palavras-chave: Reforma. Ensino Médio. Revogação.

Abstract: This article presents state of knowledge about the current reform of high school in Brazil (Law nº 13.415/2017). It is a qualitative study, based on the mapping of research published in the 2017-2021 time frame, in the BDTD and in the Periodicals portal of the CAPES. It also highlights the Potiguar High School Curriculum Framework, as a systematic way of meeting the implementation schedule of the New High School. There is movement under discussion for repeal of the reform. The results point to the authoritarian/anti-democratic format of the reform, accentuating the duality, weakening and fragilities of high school/education; the debates and researches are articulated in the defense of a democratic basic education that contemplates the Brazilian youths.

Keywords: Reform. High School. Repeal.

Resumen: Este artículo presenta el estado del conocimiento sobre la actual reforma de la enseñanza media en Brasil (Ley Nº 13.415/2017). Se trata de un estudio cualitativo, basado en el mapeo de investigaciones publicadas en el período comprendido entre 2017 y 2021 en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el portal de Periódicos de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES). También destaca la Referencia Curricular del Liceo Potiguar, como forma sistemática de cumplir con el cronograma de implementación del Nuevo Liceo. Existe un movimiento para la revocación de la reforma en discusión. Los resultados señalan un formato autoritario/antidemocrático de la reforma, que acentúa la dualidad, debilitando y fragilizando la enseñanza media; los debates y investigaciones se articulan en defensa de una educación básica democrática que contemple a la juventud brasileña.

Palabras clave: Reforma. Enseñanza media. Revocación.

Submetido 03/02/2023

Aceito 20/06/2023

Publicado 29/06/2023

¹ Mestranda em Educação. POSEDUC - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0003-3898-2268>. E-mail: pfpfernandes19@gmail.com

² Doutora em Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0001-7881-1565>. E-mail: betaniaoliveira@uern.br



Introdução

Este artigo apresenta estado do conhecimento sobre a política de reestruturação do Novo Ensino Médio (NEM), instituída através da lei nº 13.415/2017; dialoga com pesquisas desenvolvidas sobre essa temática, com objetivo de potencializar reflexões sobre o processo de implementação da política do NEM. Esse estado do conhecimento tem caráter qualitativo e exploratório, que objetiva mapear produções científicas acerca da atual reforma do ensino médio, pois compreendemos que “[...] os estudos descritivos são úteis para mostrar [...] os ângulos de um [...] contexto ou situação” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 102).

Segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o estado do conhecimento se constitui na: “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. O referido levantamento das produções científicas publicadas, que abordam políticas que reformam o ensino médio, foi realizado considerando o recorte temporal 2017-2021.

Iniciamos o levantamento das produções em maio/2022³. A primeira ação foi definir as bases para pesquisa; selecionamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, portal que integra os trabalhos de dissertações e teses defendidas, proporcionando a valorização e reconhecimento dos recursos investidos nos programas de pós-graduação no Brasil. A segunda base escolhida foi o portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵, que comporta um dos maiores acervos de trabalhos científicos, disseminando e divulgando a produção científica no país.

Definimos os descritores para realizar a busca por assunto: “Reforma do Ensino Médio”, “Novo Ensino Médio”, “Implementação AND Novo Ensino Médio” e “Currículo AND Novo Ensino Médio”, utilizando o recorte temporal 2017-2021, período que integra a efetivação da legislação corresponde à atual reforma e sua chegada às escolas.

Na BDTD, ao inserimos o descritor “Reforma do Ensino Médio” identificamos 20 resultados, considerando o recorte temporal 2017-202; o processo de triagem iniciou com a leitura dos resumos e organização por ano, autor, título, problema e resultados. Selecionamos

³ A partir das orientações encaminhadas durante o componente curricular Pesquisa em Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação – POSEDUC/UERN (semestre 2022.1).

⁴ <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>

⁵ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>

04 dissertações (MELLO, 2021; SILVA 2019; SILVA, 2021; ZANK, 2020) para compor este estado do conhecimento, cujas pesquisas analisaram reforma do ensino médio. Excluímos 16 resultados que discutem a reforma do ensino médio com foco em questões como direitos humanos, disciplinas específicas, educação politécnica, dentre outros. Todos trazendo questões relevantes ao campo da educação, porém, não para esta produção.

Ainda na BDTD, fizemos uma busca utilizando descritor “Novo Ensino Médio”, considerando o recorte temporal supracitado. Após a filtragem, apenas dois resultados apareceram; realizado o trabalho de leitura e sistematização dos pontos elencados, uma tese foi selecionada (MUCH, 2021), por atender aos critérios já mencionados. Prosseguimos a busca na BDTD, com outros dois descritores inseridos, a saber: “Implementação and Novo Ensino Médio” e “Currículo and Novo Ensino Médio”, no período de 2017-2021, não foram encontrados resultados. Através da leitura e análise dos trabalhos encontrados, 22 no total, 17 não foram considerados, pois, o objetivo/foco não faz relação com este estudo.

Continuando o processo de busca pelas produções acerca da reforma do ensino médio, que constituem este estado do conhecimento, inserimos na busca por assunto do Portal de Periódicos da CAPES o descritor “Reforma do Ensino Médio. O recorte de tempo utilizado foi 2019-2021. Apareceram 10 trabalhos. Após a leitura dos resumos três artigos (COSTA; SILVA, 2019; FERREIRA, 2019; PINTO; MELO, 2021) foram escolhidos; sete foram excluídos, pois, discutem temáticas relacionadas ao objeto deste estudo.

Na busca realizada no Portal de Periódicos da CAPES, empregando o descritor “Novo Ensino Médio”, encontramos produções a partir de 2019. Os nove resultados encontrados foram desconsiderados, visto que todos já haviam sido catalogados através do descritor anterior. Efetivamos mais duas buscas, usando os descritores “Implementação and Novo Ensino Médio” e “Currículo and Novo Ensino Médio”, mas, nenhum resultado foi encontrado. Após a análise dos resumos, oito textos foram classificados para compor este trabalho.

Quadro 1: Textos selecionados – Pesquisa BDTD e Portal de Periódicos CAPES

Título	Autor(a)	Ano	IES	Plataforma	Tipo
Os itinerários formativos no ensino médio: um estudo no município de Santa Maria/RS	SILVA, Bruna Tafarel	2021	Universidade Federal de Santa Maria	BDTD	Dissertação
Base nacional comum curricular e o "novo" ensino médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica	ZANK, Debora Cristine Trindade	2020	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	BDTD	Dissertação
A reforma do ensino médio: (des)caminhos da educação brasileira	MELLO, Fábio Machado	2021	Universidade Federal de Santa Maria	BDTD	Dissertação
A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018)	SILVA, Francely Priscila Costa e	2019	Universidade Federal de Minas Gerais	BDTD	Dissertação
Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS	MUCH, Liane Nair	2021	Universidade Federal de Santa Maria	BDTD	Tese
Educação TM : discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil	FERREIRA, Luan Cardoso	2019	Universidade Federal Fluminense	Portal de Periódicos CAPES	Artigo
Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional	COSTA, Marilda de Oliveira SILVA, Leonardo Almeida da.	2019	Universidade do Estado de Mato Grosso	Portal de Periódicos CAPES	Artigo
Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro	PINTO, Samilla Nayara Dos Santos MELO, Savana Diniz Gomes	2021	Universidade Federal de Minas Gerais	Portal de Periódicos CAPES	Artigo

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Realizamos o fichamento dos resumos das produções selecionadas com intuito de identificar menções aos termos: novo ensino médio e reforma, palavras chave para entendimento do contexto da política. Estes termos aparecem diversas vezes nos textos, porém, associados a sentidos negativos, questionando a reforma e seu caráter utilitário ao mercado e ao setor produtivo. Posicionamentos que remetem ao contexto político (à época da reforma) –

golpe parlamentar – no qual a reforma foi concebida (impeachment de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer).

O governo Michel Temer (2016-2019) teve como umas das características a abertura ao setor empresarial, sobretudo, na educação, o que impulsionou/acelerou o tramitar da reforma do ensino médio, da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); em meio à tensão política do momento. Uma reforma aligeirada, elaborada e encaminhada para as escolas (SILVA, 2021).

A atual reforma e a dualidade do ensino médio

Não é de hoje que se discute o caráter dualista do ensino médio. A atual política nos leva a refletir sobre o que se quer do estudante do ensino médio: se um trabalhador com qualificação de nível médio, e/ou um jovem com consciência crítica, capaz de exercer a cidadania.

Silva (2021) destaca a rapidez para aprovação da atual reforma do ensino médio e constatou que as mudanças vão além do currículo escolar e de carga horária. Para a autora, que realizou um estudo sobre os itinerários formativos no município de Santa Maria/RS, a reforma estabeleceu “novos acordos entre a esfera pública e privada que afetarão diretamente as trajetórias dos estudantes e dos professores” (SILVA, 2021, p. 91).

A fixação dos itinerários formativos, nas condições das escolas do país, mais parece uma “formação para o imprevisto, ou para o previsto conforme as necessidades do capital” (ZANK, 2020, p. 89). A autora ainda menciona que a política visa o treinamento de habilidades para atender essas necessidades, promovendo o esvaziamento dos conteúdos (ZANK, 2020).

Formação comprometida, precária, para possibilidades de trabalho também precários. De acordo com Silva (2019), a reforma prioriza aspectos de um ensino médio com perspectiva profissionalizante, oferecido com precariedade pelas escolas, uma vez que a estrutura física e humana das instituições públicas são (em sua maioria) limitadas, não sendo possível ofertar percursos formativos que estejam alinhados aos perfis dos estudantes.

Essa intencionalidade na formação de mão de obra – através do ensino médio, leia-se classe trabalhadora, para atender o empresariado, é mantida e reforçada através da atual reforma. Mello (2021, p. 97) afirma que a reforma apresenta “[...] um projeto político classista

burguês [...]”, relacionado “[...] a interesses dos grupos políticos empresariais que tem atuado na educação [...]”.

Conforme apontam Santos e Oliveira (2017), é possível considerar que os estudantes das escolas públicas do Brasil não terão acesso a variados itinerários formativos (conforme texto da política), em consequência da ausência de estrutura física e humana nas instituições, com possibilidade de um projeto de vida (PV) ainda mais restritivo dadas as condições sociais e financeiras de seu ambiente familiar. Destacamos o viés capitalista, liderado pela classe empresária, camuflado através de um discurso democrático de garantia de acesso/qualidade a todos os jovens, quando na realidade, se propaga o silenciamento e uma ‘escolha’ direcionada, e na maioria das vezes única opção, de PV prematuro, submetido a um sistema político neoliberal.

Com isso, pode-se entender os reais objetivos da reforma do ensino médio, atender a uma concepção de educação restrita ao imaginário empresarial, a classe burguesa, **esta proposta educacional está inserida em uma concepção de educação que visa atender as demandas de mercado**, as demandas econômicas de um país subdesenvolvido e economicamente dependente. [...] Inserida nesse contexto, a reforma visa atender as demandas econômicas do país nestes moldes, por isso **há um empobrecimento da formação do ensino médio, e a “nova concepção” sobre essa etapa é que ela seja a etapa final da escolarização para a classe trabalhadora** (MELLO, 2021, p.98. Grifo nosso).

Para Mello (2021), a reforma empobrece a formação dos jovens, e retrocede os discursos e conquistas, sobre uma educação democrática e emancipatória, que vinham se concretizando no cenário nacional; o autor afirma que a atual reforma do ensino médio tem caráter mercadológico e utilitário.

Dualidade intrínseca à reforma, endossada a partir do discurso em prol do trabalho/corso profissionalizante, sucateamento e difamação das instituições de ensino superior, dentre outras – têm levado o ensino médio a se tornar a etapa final na educação dos jovens brasileiros, e “se considerarmos que aqueles com menor acesso aos bens culturais, que precisam trabalhar para se manterem, os mais vulneráveis à violência social, pode-se afirmar que são esses que terão que se satisfazer com um domínio prático-utilitário do ensino” (TEIXEIRA, 2018, p. 31).

A falta de alimento, moradia, saúde, transporte escolar – sem mencionar a estrutura das escolas públicas brasileiras –, impactam o resultado/aprendizagem dos estudantes. O questionamento sempre retorna: a que/quem serve a reforma? Seguimos. Não em busca de uma resposta que caiba na pergunta, mas, vislumbrando compreender, questionar e refletir.

Como a política foi recebida na escola? Houve tempo, preparação, planejamento? Os sujeitos foram ouvidos? Much (2021), analisando a forma como a política ganhou corpo nas escolas piloto (Santa Maria/RS), concluiu que não houve tempo suficiente para acolhimento, compreensão e planejamento das ações relacionadas à política reformista do ensino médio.

Segundo relata a autora, as mudanças “[...] introduzidas em escolas, para se efetivarem precisam de tempo para que os professores se apropriem delas, individual e coletivamente, as interpretem, as reconfigurem e as adaptem criticamente as condições efetivas que as escolas oferecem [...]” (MUCH, 2021, p. 182). Mas, será que o interesse por trás do discurso de mudança e melhoria, não era outro? Ora, se o foco da reforma do ensino médio está associado à capacitação de mão de obra, parece ficar claro que não interessa um ensino/política/planejamento que objetive engajar os jovens nos problemas da sociedade, em prol do desenvolvimento do cidadão, nem a ascensão até os bancos universitários. A reforma elitizou, ainda mais, o ensino no Brasil.

A reforma e a precarização do trabalho docente

Conforme discutimos no item anterior, a reforma do ensino médio atende a interesses mercadológicos no que tange à formação para o trabalho; abre precedente para privatização do ensino público, fomentando a precarização das condições de trabalho dos professores.

Através de institutos, fundações e movimentos⁶ levanta-se um discurso evidenciando os problemas/gargalos da educação; em seguida (o mesmo grupo) surge com outro discurso, dessa vez, apresentando-se como a solução e, dentro das escolas tentam ‘controlar’ suas práticas/sujeitos. Sempre preocupados com o futuro profissional dos jovens, em como a escola vai orientar esses projetos de vida, uma forma de precarização e controle do trabalho docente.

⁶ Instituto Unibanco, Natura; Fundação Lemann, Bradesco, dentre outros, são mantenedores engajados nas pautas do movimento Todos pela Educação, que se auto afirma como sendo uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente - não recebe recursos públicos. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>

[...] esses problemas têm sido apropriados por fundações privadas, inúmeras delas ligadas a bancos. Essas fundações são buscadas por gestores públicos, em nível estadual e municipal, **para indicar aos professores como devem atuar, a partir de períodos curtos de formação, com a criação de material didático que devem seguir à risca – o que dar em que dia, em que hora, ou seja, verdadeiras “apostilas” - e com um controle do que fazem em sala de aula** (ALVES, 2018, p. 45, Grifo nosso).

Docentes que devem seguir e aplicar receitas (geralmente, por meio de guias, manuais) de como resolver os problemas de aprendizagem discente; desconsiderando que somos seres plurais, diversos, na maneira de ser e também de aprender. A ideia é a de que, se o professor seguir tudo direitinho, garante a qualidade da aprendizagem. Professores e estudantes precisam bem mais que um ou dois manuais; é preciso garantir condições de trabalho, políticas de valorização/carreira; os estudantes – muitos deles – precisam do básico para se manter vivos, além de uma escola que acolhe, que escuta e que oferece oportunidade de crescimento intelectual e humano. Para tanto, é preciso investir tempo, recursos, dentre outros elementos. Precisamos compreender que nem sempre esses sujeitos são ouvidos.

Em busca dessa possível ‘receita’, as escolas podem ser/são orientadas a firmar parcerias com instituições privadas (institutos, organizações não governamentais, dentre outras), podendo ser consideradas como uma ameaça à privatização (não apenas) do ensino médio. O discurso enfatiza que através das parcerias as escolas podem oferecer mais possibilidades (itinerários formativos) aos estudantes. As parcerias estão previstas e orientadas no Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018).

O documento orientador/guia do processo de implementação deixa para as escolas opções para tentar garantir a variedade de itinerários aos discentes; todavia, não assegura aos estudantes e às instituições que optem por parcerias com outros espaços, condições para a permanência do estudante. Estamos falando sobre transporte escolar, alimentação, material didático, elementos básicos para proporcionar participação dos alunos nas atividades em espaços parceiros. Contudo, fica estabelecido que a instituição de origem do estudante é quem deverá acompanhar o desempenho destes, nos cursos desenvolvidos/cursados em outras instituições.

No final, parece ficar claro que o jovem não terá escolha. Cursará o percurso ofertado pela escola do bairro/localidade de acordo com os recursos daquela instituição – humano, didático. Pela lógica da organização curricular do NEM, uma vez que o estudante cursa um determinado itinerário, da área de linguagens, por exemplo, excluem-se/perdem-se oportunidades/conhecimentos de outras áreas do saber, retira o direito a uma formação geral, limitando a reflexão e autonomia.

A quem interessa a (atual) reforma do ensino médio? Problematizamos a partir da conjuntura política atual, onde o governo promove ações que enfraquecem as universidades, retira investimentos/financiamentos, interfere na escolha de representantes, postula inverdades sobre a ciência, levando esse discurso hegemônico, contra as instituições de ensino superior, para a sociedade.

Uma reforma, apenas, curricular não é suficiente, se refletirmos/analísarmos os problemas intrínsecos ao cotidiano das instituições. Se apresentarmos uma lista das deficiências existentes nos espaços escolares (falta de professor, falta de laboratório, internet, materiais, carteiras, qualidade da merenda escolar, dentre outros), pode-se conjecturar que o problema do ensino médio não era a necessidade de um currículo geral/nacional para todos os jovens. Os problemas são, em sua maioria, locais e particulares a cada realidade escolar, levantando a necessidade de investimento financeiro para garantir igualdade de oportunidades, aos estudantes brasileiros.

Todavia, a análise reflexiva dos textos aqui destacados (COSTA; SILVA, 2019; PINTO; MELO, 2021; SILVA, 2019) nos possibilita inferir que não há mudanças significativas, no tocante à formação dos jovens – ensino médio. O ‘novo’ tão propagado pelo governo no discurso da política, parece se basear apenas em mudanças na carga horária e/ou acréscimos/decréscimos de componentes curriculares. A presença (hegemonia) neoliberal/burguesa continua influenciando a política, ditando possibilidades para a educação, fortalecendo a dualidade no ensino médio.

Tal projeto **imprime controle** não somente à formação dos estudantes, mas da escola e **de seu professorado**. Além disso, imprime repercussões para a própria formação inicial de professores, evidenciando um perfil de docente criativo e inovador, programado para atender as expectativas dos

formuladores das políticas públicas de educação (PINTO; MELO, 2021, p. 14, Grifo nosso).

Conforme Pinto e Melo (2021), há uma tentativa de controlar/nortear o trabalho docente, que deve estar alinhado às prerrogativas do mercado, aguçado pelo discurso de promoção de práticas inovadoras. Um alinhamento de práticas, a partir da construção/uso de recursos didáticos, cursos de formação continuada, que chegam as escolas através de “[...] parcerias estabelecidas com o setor privado [...]”, que deixam sua marca, “[...] suas lógicas e os seus valores baseados na performatividade, competitividade, eficácia e meritocracia, defendidos pelo capitalismo global e pelo empresariado que atua na educação brasileira” (SILVA, 2019, p. 102).

10

Novo Ensino Médio: quais as novidades?

A educação no Brasil tem sua trajetória marcada por desigualdades e lutas, em prol da garantia do direito ao acesso a uma escola pública que atendesse à classe trabalhadora e, não apenas à elite/minoria privilegiada (MONTALVÃO, 2021; SANTOS; DIÓGENES; REIS, 2012).

O Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018), comunica que as discussões em prol da reforma, aconteceram durante uma década e envolveram diversos setores da sociedade. Uma tentativa de justificar a agilidade desferida em prol da reforma (iniciada através de medida provisória em 2016, não mencionada no marco legal da política). O documento estabelece o marco legal da política reformista, conforme figura abaixo.

Figura 1: Cronologia – Marco Legal do Novo Ensino Médio



Fonte: Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018, p. 7).

O referido guia, de acordo com o governo, proporcionará direção às escolas. Com promessa de que basta as instituições seguirem o passo a passo descrito no documento, para o sucesso da implementação da nova política. A ideia de receita, caminho, direcionamento está presente no texto de forma clara já na apresentação do guia, que está organizado em duas etapas: introdução e caminho da implementação.

A mensagem é que o guia é a garantia do sucesso da política; é só segui-lo e não haverá contingências. Refletimos e questionamos a existência desse documento e de como este poderá garantir que em escolas de contextos diversos, seu itinerário de ações possa acontecer no tempo e nas condições ‘ideais’ sugeridas; desconsiderando os problemas contextuais das escolas – estruturais, recursos humanos, dentre outros. Um Guia não é suficiente.

O documento preocupa-se, também, em sistematizar a construção dos itinerários formativos, parte do currículo voltada para a formação profissional. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sempre esteve latente que a formação de nível médio tem como objetivo formar o cidadão e capacitar para o mundo/mercado de trabalho. A

dualidade no ensino médio é histórica e está ligada aos fatores econômicos e ao mercado de trabalho; daí o interesse em habilitar mão de obra técnica, rápida que possa ser direcionada aos postos de trabalho.

É possível perceber a preocupação no texto da Lei em propor uma formação profissional ao estudante do ensino médio. Em contrapartida, a invisibilidade de possibilidades e/ou incentivo para este jovem prosseguir os estudos. A escola para todos parece irreal, e quando ‘real’, deveria findar no ensino médio. Muitas reformulações atravessam o ensino médio; questionamos a que/quem estas tantas reformas servem?

No intervalo do século XVIII até a última década do século XX, estão registradas 21 reformas voltadas para o nível secundário. [...] O mais agravante, além da dificuldade de adequação aos reais problemas nacionais, tem sido a coexistência de uma perene descontinuidade política e pedagógica entre a anterior e a subsequente reforma. Cada nova reforma anuncia novos rumos para o ensino secundário, deixando congelado o que estava em andamento (SANTOS; DIÓGENES; REIS, 2012, p.8).

Políticas atualizadas, transversalizadas por movimentos histórico-políticos que vão do declínio das oligarquias, a chegada da democracia, industrialização, ditadura militar, e golpe parlamentar que culminou no impeachment de Dilma Rousseff (2014). Este último, foi um dos nichos que envolveu a atual reforma do ensino médio (Lei Nº 13.415/2017), que, conforme apontamentos anteriores, estabelece uma reforma curricular com objetivo de resolver os problemas do ensino médio.

Vale destacar que compreendemos currículo enquanto espaço de disputas, relações de poder e de construção de sentidos (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41). Defendemos, assim como Silva (2022, p. 150), que “[...] não podemos mais olhar o currículo com a mesma inocência de antes”. É necessário refletir sobre o texto político, que forma estudantes, conhecimento, ideológico, instrumento de poder; de forma a iniciar um processo de desconstrução e reconstrução de significados/sentidos que permeiam sua prática (LOPES; MACEDO, 2011). É necessária uma política que aponte possibilidades, capaz de integrar diversas áreas e, que, sobretudo atenda aos estudantes e suas demandas sociais.

Temos pesquisado sobre processos de implementação do novo ensino médio. Como parte dessas pesquisas, destacamos aqui alguns elementos do Referencial Curricular do Ensino

Médio Potiguar (RCEMP)⁷, aprovado no final de 2021, como sistemática de atender o cronograma da implementação do NEM no estado do Rio Grande do Norte. Antes da efetivação do currículo potiguar (durante os anos 2019, 2020 e 2021) as escolas que ofertavam a modalidade do novo ensino médio, seguiam as orientações do Guia de Implementação⁸ (2018), e a estrutura⁹ curricular aprovada pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN), que incluía duas novas disciplinas – Projeto de Vida e Componentes Eletivos; além de Língua Espanhola mantida na estrutura, retirada da base comum pela BNCCEM (BRASIL, 2018).

Compreendemos que a reforma não depende apenas de documentos norteadores, mas, sim das experiências vivenciadas, e dos sentidos/significados destas na/para a realidade da escola. Cada escola, cada sujeito, vivencia e ressignifica o texto político através de sua prática.

[...] entendemos que a escola não pode ser vista apenas como receptáculo de políticas pensadas longe de sua realidade, tendo a função somente de implementar, como vítima indefesa, tudo o que fora elaborado alhures. **No contexto da prática a política está sujeita à interpretação e recriação**, pois ela produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na proposta política oficial. A política, como proposta, ao chegar às escolas, é ressignificada, recontextualizada por hibridismo pelos profissionais da educação que ali atuam. O professor, em sua função docente, tem a liberdade de recriá-la e reinventá-la. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.500. Grifo nosso).

Nesse processo de reinvenção da política, os profissionais sentem necessidade de espaços de discussão, socialização, para promoção da formação continuada em serviço. O contexto é o diferencial. Segundo Ball, Maguire e Braun (2016) a atuação da política está organizada em quatro dimensões contextuais: a) contextos situados: corresponde à história e localização da instituição; b) culturas profissionais: refere-se a experiências dos docentes, valores; c) contextos materiais: infraestrutura (física e humana) e d) contextos externos: apoio da comunidade/autoridades, avaliações externas.

Com isso, compreendemos que o contexto da prática de uma mesma política é variado, e seus resultados impactados pelos contextos, “[...] o contexto é uma força “ativa”, não é apenas

⁷ Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC00000000275712.PDF>

⁸ Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/guia-de-implementacao-do-novo-ensino-medio,41cefaab-dbf8-49e2-ab92-1779a945fb00>

⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1qxJOrraOfOu0LQwidaLumzRNLpsEEAb6>

um pano de fundo com os quais as escolas têm de operar” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 42). Daí o sentido de ressignificação da política no contexto da prática. A escola se organiza como pode para acolher as novas orientações e “a política será resultado mais da dinâmica interna da escola, de suas negociações e condições de ressignificação da política do que determinada pela vinda (ou não) dos recursos prometidos” (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.507). Sejam promessas de formação, profissional, material didático, dentre outros, a escola dá vida à sua política, com base nas possibilidades da sua realidade.

Considerando a relevância dos contextos supracitados, destacamos que o Guia de Implementação do NEM aponta várias orientações para o trabalho nas escolas com o PV, que mais parecem receitas, para a realização das aulas. Pela organização curricular do NEM, são estabelecidas duas aulas semanais; no RN elas têm duração de 50 minutos – cada uma (80 aulas por ano letivo, 240 em todo ensino médio). Uma tentativa de controle.

Por que supor que a juventude pode o deve antecipar seu projeto de vida, como se as experiências educativas estivessem obrigatoriamente sintonizadas com um futuro pré-programado no presente, ao invés de atenderem demandas e expectativas urgentes da vida dos estudantes hoje? Tal enfoque pode apenas estar tentando antecipar decisões, submeter experiências imprevistas a um dado projeto de futuro que não faz obrigatoriamente sentido para as singularidades juvenis, mas está submetido aos anseios de grupos sociais que supõem saber dizer como o futuro dos jovens deve (e pode) ser. (LOPES, 2019, p. 68-69)

De acordo com o NEM, o PV é responsável por promover uma orientação voltada para as escolhas de vida, por vezes, definindo como os estudantes devem planejar o futuro; uma atividade precoce para a idade média dos jovens entre 15 e 17 anos. Podendo causar possíveis frustrações, entre sucesso e fracasso de um PV construído sem reflexão/cálculo dos riscos necessários. Silva e Danza (2022) apontam para uma construção de PV associada à constituição da identidade do ser; ambos se abraçam e dialogam durante o percurso formativo do indivíduo, nem sempre linear, mas, estabelecendo uma relação de parceria.

É sobre essa pretensa ideia de antecipação do futuro dos jovens que refletimos através do discurso da política de reforma do ensino médio, por acreditarmos numa escola/educação que seja capaz de mais; mais do que orientar a listagem de metas para o futuro. Contudo, conforme afirma Lopes (2019, p. 70) “[...] essa organização curricular parece querer controlar

o futuro dos jovens, instando-os a definir seus projetos de vida [...] via itinerários formativos, sem admitir que esse futuro – como porvir – não é algo programável ou previsível”.

Uma escola/educação que prepare o jovem para o exercício da cidadania participativa, autônoma, engajado nas causas sociais, e com liberdade para vivenciar essas experiências dentro do espaço escolar; e a partir desse alicerce/vivência, ensaiar um planejamento de vida sabendo que contingências surgirão e que as estratégias precisam ser reavaliadas e os esforços redirecionados.

É importante destacar que o PV está interligado aos itinerários formativos, e estes devem ser elaborados com objetivo de atender os projetos de vida dos estudantes. Na estrutura do NEM os itinerários formativos correspondem à “[...] flexibilidade do currículo com a possibilidade de escolha [...]” que “[...] é a propaganda da reforma” (TEIXEIRA, 2018, p. 29).

Os itinerários são a parte do currículo que atendem a formação profissional dos jovens (reforça a dualidade do ensino médio, conforme discutido no tópico anterior). Os estudantes optam pelo itinerário que desejam cursar, de acordo com seu projeto de vida (é o que traz o texto da política); contudo, a realidade da escola pública brasileira não possibilita que o jovem faça a sua escolha, pois não há condições de ofertas variadas (que considere os diversos projetos de vida dos estudantes).

É bem provável que haja um empobrecimento, por encurtamento, ainda maior daquilo que é oferecido pelas escolas públicas que não darão conta de oferecer todos os itinerários. Dessa forma, podemos afirmar que estamos diante de uma cisão redutora e restritiva. **Os itinerários formativos são atalhos precários para o mercado de trabalho**, ao mesmo tempo em que distanciam ainda mais o jovem das escolas públicas e, caso queiram, de universidade de qualidade. Consideramos que haverá um empobrecimento do ensino médio e não a sua qualificação, tanto no que se refere a uma formação ampla e cidadã, quanto para o trabalho. **A reforma, para quem depende do Estado brasileiro, não amplia e nem apresenta horizontes** (TEIXEIRA, 2018, p. 31-32. Grifo Nosso.).

A formação profissional, para atender ao mercado, parece ser o tom mais alto e potente da reforma. Concordamos com Teixeira (2018) que a reforma não apresenta horizontes para quem depende da escola/educação pública. No entanto, ela é realidade nas escolas e redes de educação, que ajustaram seus currículos para atender as mudanças de carga horária e organização do ensino.

O Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar – RCEMP, alinhado à Base, orienta a preparação/oferta do ensino e dos itinerários formativos, divididos em duas partes: 1) unidades curriculares fixas e 2) trilhas de aprofundamento; as trilhas serão compostas por 06 Unidades Curriculares (UC), com carga horária de 2h/a cada, cursadas durante as duas últimas séries da etapa. As principais mudanças acontecem a partir da 2ª série, pois, iniciam as trilhas de aprofundamento, previstas para iniciar em 2023. As UC podem compor uma trilha de formação técnica/profissional, ou trilhas de aprofundamento das áreas do conhecimento (distintas e/ou integradas).

A SEEC/RN organizou a estrutura curricular do Ensino Médio Potiguar com vigência a partir de 2023, contemplando, no currículo do ensino médio, todos os componentes da Base comum nas três séries do ensino médio, todavia, para garantir a carga horária das UC das trilhas (que compõem o itinerário formativo), houve uma supressão de carga horária nos componentes de língua portuguesa e matemática (já na 1ª série), de quatro para três aulas e nas segundas e terceiras séries a quantidade cai para duas aulas nesses componentes; língua inglesa, educação física, biologia, física, química, história e geografia, também tiveram redução de carga horária, na 2ª e 3ª série, de duas para uma aula.

Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar?

As discussões acerca da atual reforma do ensino médio estão aquecidas, sobretudo, em decorrência da abertura de diálogo promovida pela equipe do Ministério da Educação, que segue um discurso progressista e democrático, apoiado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), que retornou à presidência do Brasil, após um período marcado pelo autoritarismo de um governo de extrema direita.

A conjuntura remete à reestruturação da democracia, e no campo educacional, sobretudo para o ensino médio, representa possibilidades de discutir a atual política do ensino médio, mobilizando entidades (universidades, associações de profissionais e estudantes, dentre outras) que se posicionam em prol da revogação da política do NEM; interessadas na construção de uma educação básica democrática que atenda demandas sociais e educacionais dos estudantes brasileiros.

Há interesses, inclusive por parte do próprio MEC, em reformar a política do NEM, ajustando-a, conforme necessário. Contudo, ao refletir e analisar as pesquisas apresentadas neste texto, entendemos que a política trouxe para os contextos escolares mais desigualdades, acentuando as fragilidades já existentes e criando outras.

Verifica-se uma “descoordenação” generalizada pelo país. Há uma violência em curso seja quanto ao trabalho docente, seja sobre a formação das nossas juventudes. **Por essa razão, é insuficiente fazer alguns remendos. Mesmo que ainda no início, o tecido já está por demais esgarçado** (SILVA, 2023, p. 1. Grifo Nosso).

Entendemos com Silva (2023), que a atual política de reestruturação curricular, elaborada, aprovada e “implementada” de forma autoritária, afetou/afeta, sobretudo a formação dos jovens matriculados e atendidos pelos sistemas públicos estaduais de ensino. Para a autora, há “27 ensinos médios” (SILVA, 2023, p. 1) no Brasil, com centenas de componentes curriculares eletivos (elaborados pelas escolas/professores), alguns mais parecerem disciplinas da base comum, outros relacionados a questões do cotidiano, empreendedorismo.

A diversificação em si não seria o problema, desde que fosse assegurada uma sólida formação geral básica. [...] O “Novo Ensino Médio” reduziu drasticamente a oferta de Sociologia, Filosofia, Artes, Biologia, Química e outras. **E o que foi colocado no lugar? Qual o sentido e a finalidade de ensinar, na última etapa da educação básica, assuntos como aprender a fazer brigadeiros, cuidados pet e como fazer sabonetes?** No Brasil, mais de 80% da matrícula no ensino médio está nas redes públicas. São jovens que têm sim o direito de sonhar com a Universidade e dado o elevado grau de seletividade, aprender essas quinquilharias em nada contribui, nem para prosseguir nos estudos, nem para ingressar em algum tipo de trabalho, propósito anunciado na reforma por meio da centralidade que adquiriu o “aprender a empreender”. **Sem contar que, por ser educação básica, o ensino médio se destina à formação científica, ética e estética além do preparo para a vida futura** (SILVA, 2023, p. 1. Grifos Nossos).

Um currículo que vem sendo “implementado” desde 2019, veiculando a propaganda da escolha de itinerários formativos, de componentes curriculares eletivos; que na maioria dos casos não podem ser escolhidos, pois as instituições escolares (dado seus contextos) não têm estrutura para ofertar opções aos estudantes, e acabam cursando componentes que não

proporcionam experiências com o saber científico, ético e social, importantes para a formação cidadã das juventudes.

De acordo com a Carta Aberta pela Revogação do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), assinada por 22 instituições (associações, sindicatos, sociedades, dentre outras), emitida em junho de 2022, o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006) foi decisivo para o início do debate sobre a criação de uma política para o ensino médio. À época estavam “[...] no centro duas problemáticas: enfrentar a fragmentação curricular que sempre caracterizou esta etapa educacional e colocar no centro desse debate as juventudes que frequentam a escola pública no Brasil”.

A medida provisória nº 746/2016 desconsiderou discussões, pesquisas e produções políticas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012, o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) e Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. A Carta Aberta afirma que “[...] temos hoje uma Reforma do Ensino Médio que, em vez de integrar, desintegra. [...] a Reforma do Ensino Médio assumiu a característica de projeto antipopular e de contornos autoritários” (CARTA ABERTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO, 2022).

Destarte, entendemos a partir das leituras das pesquisas aqui destacadas que o NEM foi idealizado e concebido por instituições empresariais, para atender uma agenda conservadora, autoritária, antidemocrática e de extrema direita que governou o país pelo período de 2016 a 2022; que ocasionou o desmonte das políticas educacionais progressistas/democráticas que vinham se consolidando no país.

Os questionamentos giram em torno de: e agora, o que fazer com o Novo Ensino Médio? Diante de dados levantados por meio de pesquisas, cabe um ajuste? Não. Revogar? Sim, é necessário e urgente! Mas, e depois? Qual caminho seguir? Quais as propostas? Novas políticas? Os questionamentos refletem a preocupação com o porvir do ensino médio. Os debates, pesquisas, se articulam na defesa de uma educação básica democrática que contemple as juventudes brasileiras. Aguardemos pois.



Referências

ALVES, Nilda. **PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os cotidianos das escolas: relações possíveis?** In: AGUIAR, Márcia Angela da S. DOURADO, Luiz Fernandes. (Orgs.) *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.* [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. Páginas 44-48. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf> Acesso em: julho de 2022.

BALL, Stephen J. MAGUIRE, Meg. BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas?** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. Tradução de Janete Bridon.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, DE 22 de setembro de 2016.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm Acesso em: Agosto de 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: agosto de 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: agosto de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Edição de 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: agosto de 2021.

CARTA ABERTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017). 2022. Disponível em: <https://anped.org.br/news/carta-aberta-pela-revogacao-da-reforma-do-ensino-medio-lei-134152017> Acesso em: Maio de 2023.

COSTA, Marilda de Oliveira. SILVA, Leonardo Almeida da. **Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional.** Revista Brasileira de Educação - v. 24 e240047, 2019. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> Acesso em: Junho de 2022.

FERREIRA, Luan Cardozo. **Educação™: discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil.** Revista Educação e Políticas em Debate – v. 8, n. 2, p. 254-270, mai./ago. 2019. ISSN 2238-8346. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/50356> Acesso em: Junho de 2022.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis**. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963> Acesso em: Junho de 2022.

MELLO, Fábio Machado. **A Reforma do Ensino Médio: (des)caminhos da Educação Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. RS, 2021. 109 p. Disponível em:
http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFSM_3b0191b4029565218b775ec82158660a
Acesso em: Maio de 2022.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. **Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação por escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399> Acesso em: Outubro de 2022.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. **Gustavo Capanema e o Ensino Secundário no Brasil: a Invenção de um Legado**. Revista História da Educação (Online), 2021, v. 25: e108349. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/108349>. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/heduc/a/Y9mMQd66DF8Gdr8NpwRbBhB/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: Janeiro de 2023.

MUCH, Liane Nair. **Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. RS, 2021. 284 p. Disponível em:
http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFSM_521c44841d632e2fccbae205196d896
Acesso em: Maio de 2022.

PINTO, Samilla Nayara dos Santos. MELO, Savana Diniz Gomes. **Mudanças Nas Políticas Curriculares do Ensino Médio no Brasil: Repercussões da BNCCEM no Currículo Mineiro**. EDUR • Educação em Revista. 2021; v – 37. e34196. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-469834196>. Disponível em: <https://www-periodicos-capes.gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> Acesso: Junho de 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: MORAES, Daisy Vaz de. Revisão técnica: GARCIA, Ana Gracinda Queluz. SILVA, Dirceu da. JÚLIO, Marcos. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; REIS, Rosimeire. **Ensino Médio em Reformas: trabalho, políticas, cotidiano**. Curitiba: CRV, 2012.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. OLIVEIRA, Márcia Betânia. de. **Políticas curriculares no ensino médio: Resignificações no contexto escolar.** Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 497-513, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/santos-oliveira.pdf> Acesso em: Agosto de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3ª ed. 14. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, Bruna Tafarel. **Os Itinerários Formativos no Ensino Médio: Um estudo no município de Santa Maria/RS.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. RS, 2021. 118 p. Disponível em: http://www.bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_fa2bec6e2859f19f743d152919d97177 Acesso em: Maio de 2022.

SILVA, Francely Priscila Costa e. **A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte, 2019. 114 f. Disponível em: http://www.bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_a1f1dbeb4841351f1dd9cb1b555fc989 Acesso em: Maio de 2022.

SILVA, Marco Antônio Morgado da. DANZA, Hanna Cebel. **Projeto de Vida e Identidade: articulações e implicações para a educação.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YHwg8FxLkwcw7gGSc7QQKk/?lang=pt> Acesso em: Junho de 2022.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **Reforma ou Revogação: Que fazer com o “Novo Ensino Médio”?** 07/03/2023 Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/reforma-ou-revogacao-que-fazer-com-o-novo-ensino-medio-por-monica-ribeiro-da-silva-ufpr> Acesso em: Maio de 2023

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. **Tudo como dantes no quartel de Abrantes. A reforma do ensino médio.** In: BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. STEIDEL, Rejane. (Orgs.). O Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades. Curitiba: Appris, 2018. Páginas 17-36.

ZANK, Debora Cristine Trindade. **Base Nacional Comum Curricular e o “Novo” Ensino Médio: Análise a partir dos Pressupostos Teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação, Letras e Saúde. Programa de Pós Graduação em Ensino. PR, 2020. 147 f. Disponível em: http://www.bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE1_9db669404b8f9452d7756bc67d47cad9 Acesso em: Maio de 2022.